

Relatório de Implantação do Projeto Processo Judicial Eletrônico – PJe

2017

No âmbito da Justiça Federal a implantação do Projeto Processo Judicial Eletrônico está a cargo do Corregedor-Geral, que o faz por meio do Comitê Gestor do PJe, constituído por magistrados indicados pelos presidentes dos tribunais regionais federais, e pela Secretaria Executiva, integrada pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Estratégia e Governança, ambos do Conselho da Justiça Federal.

ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DO PROJETO PJE

Em 2017, o Comitê realizou 10 reuniões, sendo nove por videoconferência e uma presencialmente. Nas pautas dessas reuniões constaram, principalmente, temas relativos às questões orçamentárias, à infraestrutura de TI, à capacitação das equipes de desenvolvimento, às estratégias de implantação e expansão do PJe.

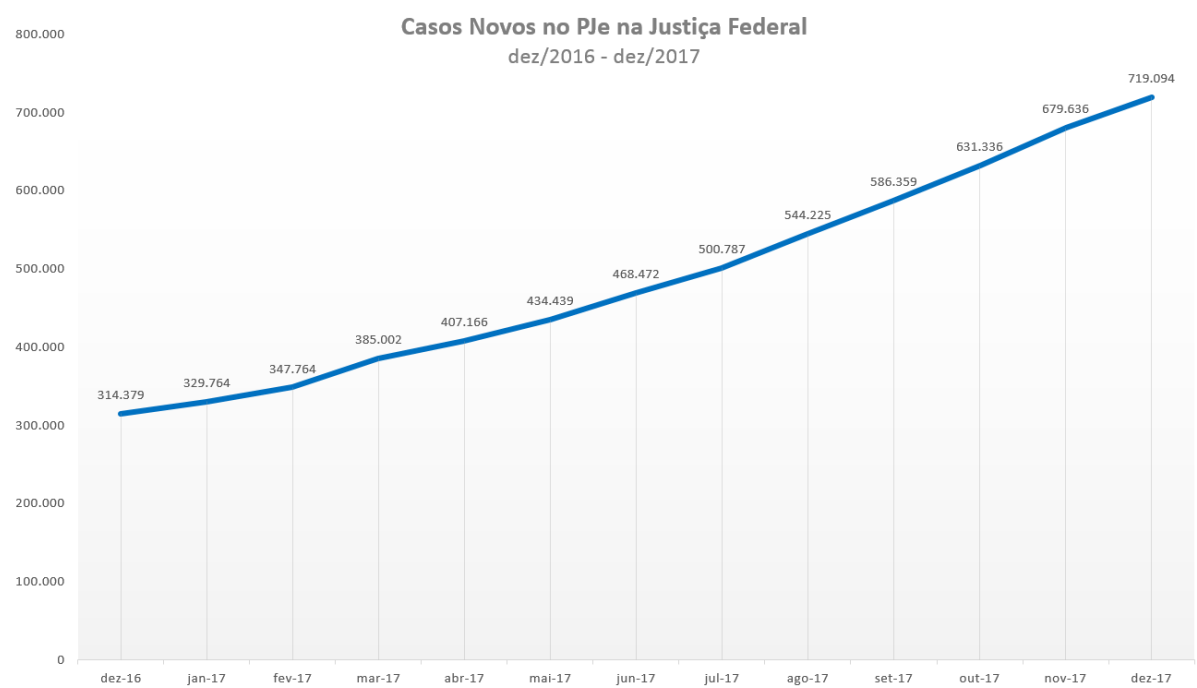
Destaca-se no exercício de 2017 as seguintes decisões e atividades coordenadas pelo Comitê:

1. Constituição de grupo de trabalho para atuar no desenvolvimento e correção de falhas do sistema e realização de ações educacionais visando a capacitação de seus integrantes;
2. Em atenção ao questionamento formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB sobre a publicação das intimações previstas na Resolução CNJ n. 234/2016, o Comitê reafirmou deliberação anterior para que se aguarde a instituição do Diário da Justiça Eletrônico Nacional - DJEN pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
3. Utilização dos recursos orçamentários de 2017 sejam aplicados exclusivamente em ações relacionadas ao desenvolvimento, implantação e uso do PJe, versão nacional 1.7x ou 2.0 do PJe;
4. Distribuição, entre os tribunais regionais federais, dos recursos a serem informados na proposta orçamentária para o exercício de 2018;
5. Redistribuição da dotação orçamentária referente a 2017, priorizando o TRF da 3ª Região;
6. Interlocução com o Conselho Nacional de Justiça e outros órgãos, visando adotar ações de colaboração para o desenvolvimento, implantação e expansão do PJe.

IMPLANTAÇÕES DO PJE

Em relação à implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, em 2017, houve significativa evolução no número de unidades judiciárias que passaram a utilizar o Sistema. No início de 2017, 60% das unidades judiciais de 1º e 2º graus, na 1ª, 3ª e 5ª Regiões utilizavam o PJe, finalizando o ano com aproximadamente 80% desses órgãos jurisdicionais adotando o Sistema.

Quanto ao número de casos novos, 2017 iniciou com pouco mais de 314 mil processos, tendo atingido, no final de 2017, mais de 719 mil feitos, ou seja, um crescimento de aproximadamente 128% nesse ano. Se comparado com janeiro de 2016, o crescimento foi superior a 344%.



1ª Região

- ✓ Implantação iniciada em dezembro de 2014.
- ✓ Implantação do PJe em todas as localidades da 1ª Região;

- ✓ Expansão do PJe para todas as classes cíveis;
- ✓ Expansão do PJe para as classes criminais dos Juizados Federais Adjuntos da SJDF e da SJRO;
- ✓ Integração do PJe com o sistema de Banco Nacional de Mandado de Prisão (BNMP).

Cronologia Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe na 1ª Região		
TRF1/Seccional	Data do Início da Implantação	Classes iniciais
TRF1 e Seção Judiciária do Distrito Federal.	01/12/2014	- No 1º grau de jurisdição: a) mandado de segurança individual e coletivo; b) ação monitória; - No 2º grau de jurisdição: a) apelação e agravo de instrumento em processos que tramitem no PJe em 1º grau de jurisdição; b) mandado de segurança individual e coletivo sujeito à competência originária do Tribunal. § 1º Os incidentes dos processos que tramitem no PJe serão distribuídos no mesmo sistema. § 2º Os processos distribuídos anteriormente à implantação do PJe continuarão sendo processados nos respectivos sistemas até que haja viabilidade técnica para gradativa migração para o PJe, suspensão de liminar e antecipação de tutela.
SJGO	20/08/2015	
SJTO	17/09/2015	
SJRR	01/10/2015	
SJMA	15/10/2015	
SJAC	12/11/2015	
SJRO	26/11/2015	
SJAC	03/12/2015	
SJAM	28/01/2016	
SJMT	11/04/2016	
SJPI	16/05/2016	
SJPA	13/06/2016	
SJBA	19/09/2016	
SJMG	05/12/2016	

3ª Região

- ✓ Implantação iniciada em agosto de 2015.
- ✓ Implantação do PJe nas Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, em todas as classes cíveis e previdenciárias de forma obrigatória, e facultativa nas classes fiscais;
- ✓ Integração do PJe com os Correios para citações nas execuções fiscais.

5ª Região

- ✓ Implantação iniciada em março de 2010.
- ✓ Implantação do PJe em todas as Seções Judiciárias.

PRÓXIMAS IMPLANTAÇÕES E EXPANSÕES PREVISTAS

Na 1ª Região

- Previsão de expansão até o final de 2018: expansão para juizado especial cível e turmas recursais; expansão para a competência execução fiscal, suspensa *sine die*.

Na 3ª Região

- Implantação do sistema na competência criminal
- Obrigatoriedade das Execuções Fiscais;
- Implantação nas Turmas Recursais.

Na 5ª Região

- Implantação do PJe (versão nacional) para os processos de competência dos Juizados Federais da 5ª Região.
- Projetos em andamento para PJe (versão nacional):
- Mobile e Notifica: ambos são aplicativos para serem baixados nos celulares (*android* ou IOS). O primeiro é destinado aos magistrados; permite a elaboração/edição/assinatura dos despachos, decisões, sentenças, votos e acórdãos. O segundo aplicativo é útil para procuradores e advogados no que se refere a ciência de expedientes/intimações.
- SNCTP - Sistema Nacional de Controle de Transferência de Preso: módulo para controlar a transferência e renovação de presos no âmbito dos presídios federais.

UNIDADES JUDICIAIS E CLASSES PROCESSUAIS

2º Grau

Órgão	Unidades	Classes Processuais Utilizadas	Informações Complementares
1ª Região	Presidência Órgão Especial 4 Seções 8 Turmas 24 Gabinetes Total: 38 unidades	a) para todas as classes cíveis originárias e recursais no Tribunal Regional Federal; b) para as classes habeas corpus e mandado de segurança criminal no Tribunal; c) para todas as classes criminais originárias e recursais das Turmas Recursais de todas as Seções Judiciárias (exceto Subseções); d) para todas as classes cíveis originárias e recursais da Turma Recursal da Subseção Judiciária de Uberlândia; e) para todas as classes cíveis em matéria de Saúde Pública originárias e recursais das Turmas Recursais da Seção Judiciária do DF; f) para todos os recursos oriundos da competência federal delegada;	Versão do PJe utilizada: 1.7.2.22 TRF Não está integrado ao Escritório Digital. Todas as classes processuais disponíveis são obrigatórias.
3ª Região	Órgão Especial 3 Seções 9 Turmas 37 Gabinetes Total: 50 unidades	Utilizado em todas as classes, exceto feitos criminais.	Versão do PJe utilizada: 2.0.0.4. Integrado ao Escritório Digital. Obrigatório para todas as classes, exceto criminais.
5ª Região	Presidência e Vice-Presidência Plenário 4 Turmas 15 Gabinetes Total: 22 unidades	Utilizado no Tribunal em todas as classes (cíveis, penais e fiscais).	Utilizada a versão própria do PJe da 5ª Região. Integrado ao Escritório Digital. Obrigatório nas classes penais, fiscais e cíveis, exceto cíveis de JEF).
Total	110 órgãos julgadores/unidades		

Atualizado até dezembro/2017

1º Grau

Órgão	Unidades	Classes Processuais Utilizadas	Informações Complementares
1ª Região	219 varas federais	<p>a) para todas as classes cíveis de vara comum (exceto para a competência execução fiscal e juizado especial cível) e respectivos incidentes em todas as Seções Judiciárias e nas Subseções Judiciárias de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Itumbiara, Luziânia, Rio Verde, Uruaçu, Araguaína, Gurupi, Vilhena, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Balsas, Bacabal, Caxias, Imperatriz, Sinop, Cáceres, Rondonópolis, Floriano, Altamira, Castanhal, Alagoinhas, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Ituiutaba, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Unaí e Varginha;</p> <p>b) para todas as classes cíveis de vara comum (exceto para a competência execução fiscal) e de juizado especial cível na Subseção Judiciária de Uberlândia;</p> <p>c) para todas as classes de juizado especial cível em matéria de Saúde Pública na Seção Judiciária do DF;</p> <p>d) para mandados de segurança e monitórias nas Subseções Judiciárias de Formosa, Jataí, Cruzeiro do Sul, Laranjal do Jari, Oiapoque, Tabatinga, Tefé, Barra do Garças, Diamantino, Juína, Corrente, Parnaíba, Picos, São Raimundo Nonato, Barreiras, Campo Formoso, Irecê, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Bom Jesus da Lapa, Janaúba, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, São João Del Rei e Viçosa.</p>	<p>Versão do PJe utilizada: 1.7.2.22_TRF</p> <p>Não está integrado ao Escritório Digital.</p> <p>Todas as classes processuais disponíveis são obrigatórias.</p>

Órgão	Unidades	Classes Processuais Utilizadas	Informações Complementares
		<p>e) para todas as classes criminais de vara comum nas Seções Judiciárias do DF, MA, MT e RO;</p> <p>f) para todas as classes de execução penal na Seção Judiciária de RO;</p> <p>g) para todas as classes de juizado adjunto criminal em todas as Seções Judiciárias (exceto Subseções).</p>	
3ª Região	154 varas federais	Sistema implantado em 154 Varas das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, nas competências cível e fiscal.	<p>Versão utilizada 2.0.0.4</p> <p>Integrado ao escritório digital.</p> <p>Todas as classes cíveis obrigatórias, facultativo na execução fiscal.</p> <p>Implantado em todas as Subseções Judiciárias.</p>
5ª Região	127 varas federais	O sistema PJe é utilizado de forma obrigatória para a distribuição e a tramitação de todas as classes cíveis, penais e fiscais, com exceção das classes de competência dos juizados especiais federais, que também possuem sistema com tramitação totalmente eletrônica desde 2003 e cuja migração dos processos entre o sistema legado e o PJe está sendo planejada.	<p>Utilizada a versão própria do PJe da 5ª Região.</p> <p>Integrado ao Escritório Digital.</p>

Atualizado até dezembro de 2017

Estatística de Implantação do PJe no 1º Grau

Região	Unidade Federativa	Total de Varas	Quantidade de varas que utilizam o PJe	Percentual
1ª Região	AC	5	5	100%
	AM	10	7	70%
	AP	8	6	75%
	BA	43	32	74%
	DF	27	19	70%
	GO	25	19	76%
	MA	18	12	67%
	MG	83	61	73%
	MT	17	14	82%
	PA	22	16	73%
	PI	13	10	77%
	RO	10	8	80%
	RR	4	4	100%
	TO	6	6	100%
	Subtotal	291	219	75%
3ª Região	SP	201	140	70%
	MS	16	14	88%
	Subtotal	217	154	71%
5ª Região	AL	14	14	100%
	CE	35	35	100%
	PB	16	16	100%
	PE	38	38	100%
	RN	15	15	100%
	SE	9	9	100%
	Subtotal	127	127	100%
Total		635	500	79%

Atualizado até dezembro/2017

ORÇAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ 31/12/2017

AÇÃO 151W - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

ANO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO UNID. ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	CRÉDITO EXECUTADO / CRÉDITO PAGO	SALDO	EXECUTADO
2014	CJF	12101	8.000.000,00	195.206,00	-	195.206,00	0,0%
	TRF1			100.286,00	-	100.286,00	0,0%
	TRF2			6.430,00	-	6.430,00	0,0%
	TRF3			86.749,00	-	86.749,00	0,0%
	TRF5			88.769,00	-	88.769,00	0,0%
	TOTAL			8.000.000,00	500.000,00	-	500.000,00
2015	CJF	12101	8.000.000,00	5.874.351,00	-	5.874.351,00	0,0%
	TRF1			1.625.901,00	1.596.248,98	29.652,02	98,2%
	TRF3			259.748,00	259.748,00	-	100,0%
	TRF5			240.000,00	-	240.000,00	0,0%
	TOTAL			8.000.000,00	8.000.000,00	1.855.996,98	6.144.003,02
2016	TRF1	12102	380.675,00	1.087.038,00	1.074.067,54	12.970,46	98,8%
	TRF2	12103	104.427,00	104.427,00	10.931,63	93.495,37	10,5%
	TRF3	12104	104.427,00	298.198,00	298.097,93	100,07	100,0%
	TRF5	12106	100.434,00	286.795,00	139.761,22	147.033,78	48,7%
	TOTAL	689.963,00	1.776.458,00	1.522.858,32	253.599,68	85,7%	
2017	CJF	12101	224.021,00	-	-	-	0,0%
	TRF1	12102	3.388.926,00	3.388.926,00	1.668.039,18	1.720.886,82	49,2%
	TRF2	12103	515.256,00	59.256,00	59.178,35	77,65	99,9%
	TRF3	12104	660.997,00	1.531.018,00	1.242.417,28	288.600,72	81,1%
	TRF5	12106	1.514.393,00	1.514.393,00	1.085.148,40	429.244,60	71,7%
	TOTAL	6.303.593,00	6.493.593,00	4.054.783,21	2.438.809,79	62,4%	
TOTAL GERAL			22.993.556,00	16.770.051,00	7.433.638,51	9.336.412,49	44,3%

Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPO/CJF

Em 2017 o Comitê Gestor apresentou a proposta orçamentária para o Projeto PJe para 2018, tendo sido aprovada por meio da Lei Orçamentária Anual n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018, compreendendo os seguintes valores:

Dotação Orçamentária para o Projeto PJe na Justiça Federal - 2018

ANO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO UNID. ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL
2018	CJF	12101	236.242,00
	TRF1	12102	2.885.983,00
	TRF2	12103	665.983,00
	TRF3	12104	1.262.223,00
	TRF5	12106	1.596.996,00
	TOTAL		

Por fim, em cumprimento à decisão do Comitê Gestor, os tribunais regionais federais apresentaram mensalmente a prestação de contas das despesas efetuadas referentes à dotação orçamentária do Projeto PJe.

EQUIPE DO PROJETO –AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Capacitação da Equipe

Por meio da Portaria n. CJF-PCG-2017/00004, de 28 de março de 2017, o Corregedor-Geral da Justiça Federal instituiu grupo de trabalho para desenvolver o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe. Este grupo constituiu-se de técnicos das áreas de tecnologia da informação do Conselho e da Justiça Fderal.

Com vista à capacitação desses servidores, bem como de outros técnicos integrantes do Projeto PJe, foram realizadas quatro ações educacionais.

Três cursos trataram do desenvolvimento do *software* e a solução de demandas de melhoria (*issues*), sendo realizados nos TRFs da 1ª e 5ª Regiões e na Sede do CJF.

O quarto evento visou capacitar os técnicos na configuração do fluxo processual do PJe, sendo este realizado no TRF da 3ª Região.

Composição da Equipe

Conselho da Justiça Federal

- Equipe de TI: duas pessoas não dedicadas exclusivamente.
- Equipe da Secretaria Executiva: duas pessoas não dedicadas exclusivamente.

1ª Região

- Área de negócio: oito servidores, dos quais 2 são recém nomeados e estão em treinamento, e um prestador de serviço.
- Área de TI: seis servidores, dos quais 3 são recém-nomeados e estão em treinamento.

3ª Região

- Na equipe negocial: 14 servidores alocados na Divisão de Processo Judicial Eletrônico, sendo que a graduação da maioria destes é em Direito.
- Equipe de TI: oito servidores, sendo três desenvolvedores e cinco em suporte e gerenciamento.

5ª Região

- Na equipe negocial: seis servidores alocados no Núcleo de Acompanhamento e de Projetos do Sistema PJe (antigo NIUP), sendo que a graduação dos servidores, em sua maioria, é em Direito.
- Equipe de TI: dois servidores do Núcleo de Sistemas Judiciais para acompanhar as ações do projeto PJe, além dos demais sistemas que atendem às áreas judiciárias da região, como o Creta, o Sistema de Precatórios e os sistemas legados de processos judiciais. O perfil desses profissionais é de coordenação.